

O CRÉDITO: FATOR ESSENCIAL À EXPANSÃO DA SOJA EM MATO GROSSO¹

*Jean-Pierre Bertrand*²

*Chloé Cadier*³

*José Garcia Gasquès*⁴

RESUMO

O Estado de Mato Grosso se tornou, recentemente, o primeiro produtor de soja do Brasil. A dinâmica das atividades desenvolvidas para apoiar essa produção é espetacular. Vários fatores podem explicar esse *boom*, com destaque para o financiamento. Enquanto a União modificava seu modo de intervenção, o setor privado a substituiu. Esse sistema de produção, porém, é frágil, e os riscos associados a esse novo modelo devem ser levados em conta: alta dependência dos produtores e aumento das desigualdades, impactos sociais e ambientais negativos, causados pela expansão acelerada do cultivo da soja na região. O governo brasileiro perdeu uma grande parte da sua capacidade de intervenção na cadeia da soja em Mato Grosso. Pergunta-se, então, quais seriam as perspectivas de intervenção para os atores da sociedade civil sobre a orientação desse modelo?

Termos para indexação: política de crédito, competitividade, Brasil.

¹ Artigo publicado originalmente em francês sob o título *Le crédit: un des facteurs clés de l'expansion de la filière soja dans le Mato Grosso. Cahiers d'études et de recherches francophones /Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 46-52, Janvier-Février 2005, Filières de production et développement.

² Economista, diretor de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica (Inra), Unité de Recherche sur les Paysanneries, les Territoires, l'Environnement et les Politiques Publiques (Mona), Campus International du Jardin Tropical, 45bis, avenue de la Belle Gabrielle 94736 Nogent-sur-Marne, Cedex França. bertrand@ivry.inra.fr

³ Economista agrícola, mestranda do curso de Economia do Desenvolvimento Agrícola, da École Nationale Supérieure Agronomique de Montpellier (Ensam-Inra), 13 rue du Château 34790 Grabels França. chloecadier@hotmail.com

⁴ Engenheiro agrônomo, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Coordenador de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa/CGPE/AGE), Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, Sala 734, 70043-900 Brasília, DF. gasques@ipea.gov.br

J. P. Bertrand et al.

LE CRÉDIT: UN DES FACTEURS CLÉS DE L'EXPANSION DE LA FILIÈRE SOJA DANS LE MATO GROSSO

RÉSUMÉ

Le Mato Grosso est devenu depuis peu le premier État producteur de soja du Brésil et la croissance des activités liées à cette production est spectaculaire. Parmi les facteurs qui expliquent ce “boom” le financement occupe une place importante et originale. Au moment où l'État modifie son mode d'intervention, le secteur privé prend le relais. Cependant, ce système de production est fragile et les risques associés à ce nouveau modèle ne sont pas négligeables: forte dépendance des producteurs et accroissement des inégalités, impacts sociaux et environnementaux liés à l'expansion accélérée de la culture du soja dans cette région. L'État brésilien a perdu une grande partie de ses capacités d'action au sein de la filière soja dans le Mato Grosso. Quelles sont les perspectives d'intervention des acteurs de la société civile sur l'orientation de ce modèle?

Termes d'indexation: politique de crédit, compétitivité, Brésil.

RURAL CREDIT: A KEY FACTOR IN THE EXPANSION OF SOYBEAN PRODUCTION IN MATO GROSSO

ABSTRACT

The state of Mato Grosso has recently become the leading soybean producer in Brazil. The growth of related activities (crushing, trade in machinery and input products, transportation and storage, services) has also been spectacular. Among the factors explaining this boom, agricultural credit has an original and very important role. At the same time as the State is transforming its intervention modes, the private sector is taking the relay. The agricultural financing system consists of a mix of public (principally for long-term investments) and private (productive expenses, such as seeds and other inputs) funds, together with the producers' own funds. The risks linked to the development of this capital-intensive production model make this system weak and unstable. The expansion of large-scale soybean farming in this frontier region may thus make producers dependent on multinational firms and have a significant social and environmental impact. The Brazilian government has lost much of its ability to affect the Mato Grosso soybean industry, except as regards infrastructure investments. What will the government choose: to improve the road system, use the Amazon River basin, extend the railway network, or some combination of all of these? How can civil society play a role in this choice?

Index terms: agricultural credit policy, competitiveness, Brazil.

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso, além de compor, geográfica e economicamente, a Região Centro-Oeste, faz parte da Amazônia Legal brasileira. O desenvolvimento econômico do Estado foi realizado, num primeiro momento, pela atividade pecuária, e, em seguida, pelo cultivo de arroz, soja, milho e algodão. A soja, geralmente associada ao cultivo de milho, representa hoje o elemento propulsor da economia da região. O progresso tecnológico permitiu a incorporação de novas áreas de cultivo à dinâmica de ocupação do espaço amazônico, combinando desmatamento com novas atividades produtivas⁵ (BERTRAND; PASQUIS, 2004).

A cadeia da soja caracteriza-se pelo jogo de um pequeno número de atores, quais sejam: produtores, geralmente provenientes do Sul do País (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), grandes grupos do agronegócio e de agroindústrias. Esses grupos compram o grão, comercializam sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, transformam e comercializam a soja, e fornecem crédito aos produtores com modalidades originais (CASTRO, 2002).

Desde a metade dos anos 80, o modelo tradicional de financiamento público⁶ se esgotou. O próprio governo incentivou novos mecanismos de financiamento privado, vinculando o setor produtivo aos setores comercial e industrial (REZENDE, 2001).

Paralelamente ao sistema bancário privado, os grupos do agronegócio e das agroindústrias implementaram um sistema de troca, o chamado “pacote”, que consiste no fornecimento de insumos em troca de um valor correspondente em sacas de soja na época da colheita. Esse sistema de financiamento é rápido e flexível. Existe sob formas diversas e é um dos principais determinantes da expansão da soja no Estado (CONCEIÇÃO, 2003; GASQUES et al., 2004).

A seguir, apresenta-se um esboço da dinâmica de expansão do complexo soja no Brasil e em Mato Grosso.

⁵ As incorporações de novas áreas produtivas comporta essencialmente áreas de cerrado e terras de pastagens degradadas.

⁶ Esse modelo outorgava ao governo o papel exclusivo de credor, por intermédio do Banco do Brasil.

DINÂMICA DA SOJA NO BRASIL: O ESTADO DE MATO GROSSO EM DESTAQUE

Desde os anos 80, o Brasil conheceu transformações importantes na sua geografia agrícola. A produção de soja é a principal cultura agrícola do País e utiliza perto de um quarto da superfície cultivada. Em 2004, a área colhida de soja no País foi de 21,54 milhões de hectares. Os grãos de soja são geralmente transformados pela indústria desenvolvida nos anos 70.

O óleo de soja destina-se principalmente ao consumo interno, enquanto o farelo de soja é exportado e também utilizado no Brasil como base de proteína para a alimentação de aves e suínos destinados aos consumos interno e externo. A cadeia da soja voltada para o exterior representa uma fonte importante de divisas e riqueza para o País.

A cultura da soja conheceu nos anos 60 uma primeira expansão no Sul do País, região de terras férteis. Com o desenvolvimento de novas tecnologias e sementes adaptadas às condições de cerrados, a cultura expandiu-se, nos anos 80, para o Centro-Oeste, região que inicialmente não permitia o cultivo e que hoje concentra a maior parte da produção nacional (Fig. 1) (DIAS; AMARAL, 2000; GASQUES et al., 2004).

Com uma produção de 52,5 milhões de toneladas de grãos de soja em 2003 (26,8% da produção mundial) e um volume de exportação superior a 30 milhões de toneladas de grãos, o Brasil é hoje o primeiro exportador de produtos do “complexo soja” (grãos, farelo e óleo) e o segundo produtor mundial, só perdendo para os Estados Unidos (CONAB, 2003). O papel do Estado de Mato Grosso foi preponderante nesses avanços. Com efeito, tornou-se o principal estado produtor de soja do Brasil (BERTRAND, 2002).

A dinâmica de expansão em Mato Grosso é impressionante: 13 milhões de toneladas (Mt) produzidas graças a 4,5 milhões de hectares (Mha) em 2003–2004 contra 1,7 Mt e 0,8 Mha em 1984–1985, com níveis médios de produtividade (superiores a 3.000 kg/ha) maiores que as médias brasileira e americana (BERTRAND, 2004).

A cadeia da soja em Mato Grosso caracteriza-se pela existência de um pequeno número de atores, com um peso econômico importante: grandes produtores (> 10.000 ha) e médios (500 a 3.000 ha), modernos e mecanizados, empresas multinacionais e grupos nacionais atuando tanto a montante como a jusante da produção agrícola.

O crédito: fator essencial à expansão da soja em Mato Grosso

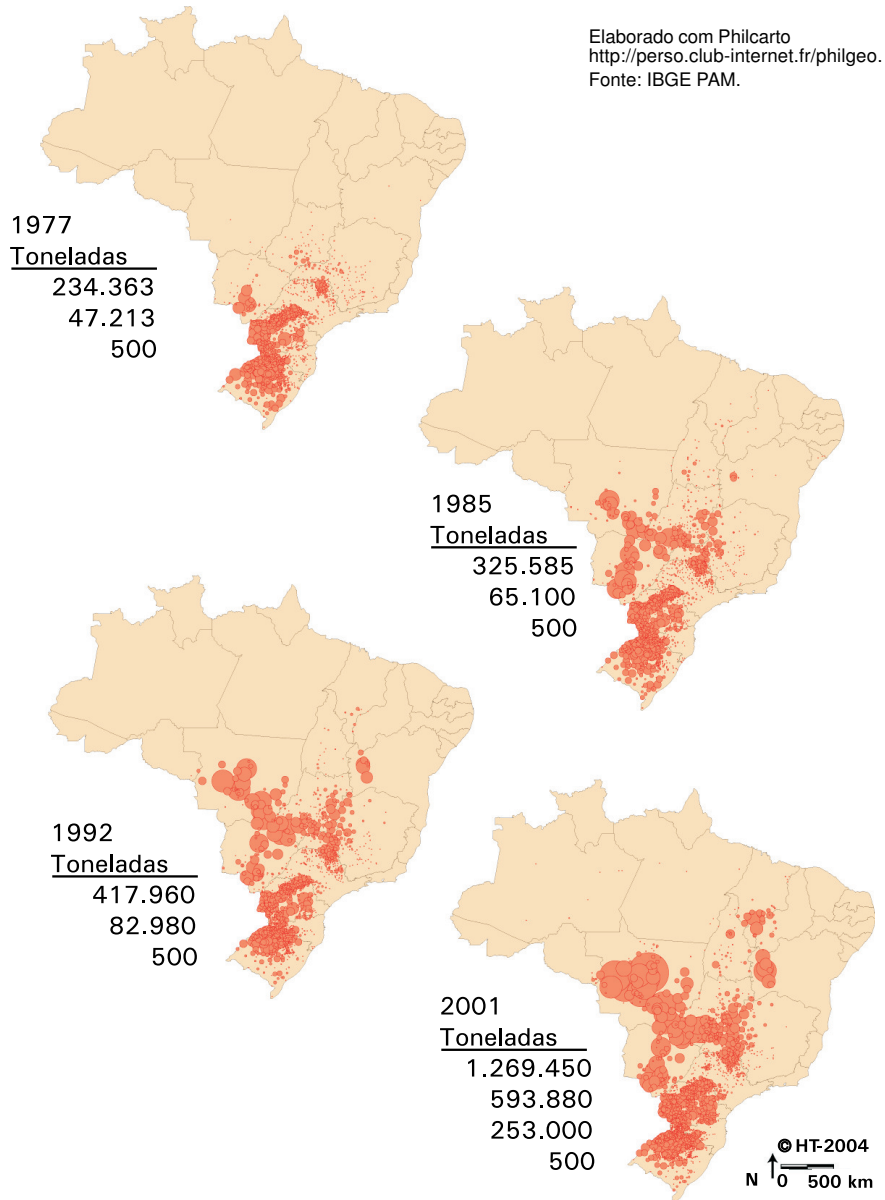


Fig. 1. A produção de soja no Brasil em 1977, 1985, 1992 e 2001.
Fonte: Bertrand e Pasquis (2004).

As barreiras à entrada na atividade são fortes: produção rápida e em grande escala para manter-se na atividade, tanto no setor primário como no industrial (CARDIER, 2004).

Essa nova frente da soja é, sem dúvida, produto do espírito empreendedor dos migrantes que colonizaram o Estado. Vários fatores foram determinantes para a ocupação do espaço: o preço e a disponibilidade de terras, as características naturais propícias da região (clima e topografia plana) e políticas públicas estimulantes. Estas últimas tiveram um papel fundamental na exploração de novas fronteiras agrícolas, desenvolvendo infra-estrutura, investindo na pesquisa e financiando a atividade agrícola.

Sistema de financiamento: um determinante essencial da expansão do “complexo soja”

Para entender as modalidades e o impacto de um sistema de financiamento da agricultura, é preciso definir o contexto macroeconômico que o determina e a política agrícola que o articula. A segunda metade dos anos 90 e os anos 2000 caracterizaram-se pela estabilização macroeconômica, diferenciando-se dos anos 70 e 80, período em que houve fortes turbulências e instabilidade na economia.

O apoio ao crédito subsidiado dos anos 70 foi substituído, nos anos 80, por mecanismos de indexação de preços agrícolas e dos preços dos insumos. Esses recursos permitiram um apoio à produção agrícola, apesar de os volumes de empréstimos serem limitados e indicarem taxas de juros positivas (BERTRAND; HILLCOAT, 1996).

Políticas macroeconômicas e agrícolas dos anos 90

A estabilização macroeconômica iniciada em 1992 e confirmada pelo Plano Real de 1994 favoreceu um novo período para a agricultura, graças à abertura comercial da economia brasileira. As tarifas nominais passaram de uma média de 105%, no final dos anos 80, para 13%, no período 1994 a 1997. A nova moeda, o real, se baseava, num primeiro momento, numa política de câmbio fixo, em que 1 real correspondia a 1 dólar, mas, ao contrário do que ocorreu na Argentina, sem regra de conversão automática e ilimitada. Ao governo competia modificar a taxa de câmbio, como ocorreu em janeiro de 99,

com a desvalorização de 50% do real, a partir da introdução de uma política cambial flexível.

Três novos elementos vão nascer dessa nova política agrícola brasileira (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2003): a) o País recua na política protecionista e se torna mais independente nas negociações da Rodada do Uruguai (como o Grupo de Cairns); b) os recursos financeiros passam a ser limitados (crédito menos abundante e taxa de juros positiva e elevada); c) no Mercosul, essa política se reflete em maior competitividade das agroindústrias.

O governo deixa de subsidiar diretamente a agricultura, por meio de financiamentos do Banco do Brasil, e privatiza várias atividades de produção e comercialização, que eram até então tradicionalmente públicas, como no caso das cadeias do trigo, do açúcar e do álcool. Na realidade, os efeitos dessa política de liberalização sobre a agricultura, principalmente a política cambial, teve um impacto positivo sobre a agricultura. Uma moeda supervalorizada sobretaxa os setores exportadores, mas barateia as importações e estimula a produtividade agrícola (HELFAND; RESENDE, 2001).

Financiamento da agricultura: a atuação do setor privado

A soma dos recursos públicos concedidos à agricultura diminuiu de maneira expressiva desde 1986 (Fig. 2), e isto obrigou a uma mudança no sistema de crédito. A diminuição da intervenção pública pode ser ilustrada pela evolução dos recursos do Tesouro e dos recursos obrigatórios: estes últimos representavam 90% do total dos recursos em 1985, 54,5% em 1990 e menos de 46% em 1997 (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001).

Desde 1985, o crédito rural público vem acompanhando o desenvolvimento de grandes cultivos nas regiões de fronteira, especialmente no Centro-Oeste. O crédito público não era somente utilizado para a produção de soja, mas também para outras atividades agrícolas e a pecuária (Fig. 3).

Além disso, os financiamentos públicos do custeio obtidos graças ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) são lentos e não são suficientes para atender às necessidades dos produtores. Na prática, isso beneficia os pequenos e médios produtores (áreas inferiores a 1.000 ha). No caso dos grandes produtores, o volume de crédito de custeio necessário à produção de soja é tão elevado que o governo não poderia assumir esse ônus.

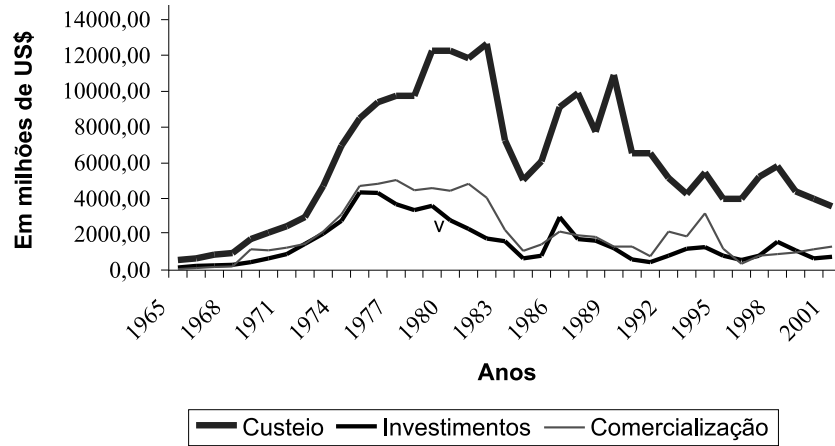


Fig. 2. Evolução do volume de crédito rural público por linha de financiamento no Brasil, de 1965 a 2002.

Fonte: BANCO CENTRAL (2003).

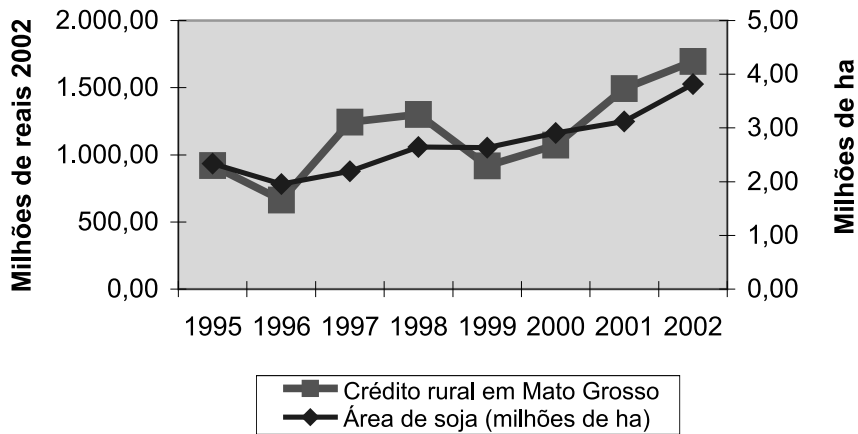


Fig. 3. Relação entre o crédito rural público (SNCR) e a área de soja colhida em Mato Grosso, de 1995 a 2002.

Fonte: (BANCO CENTRAL, 2003; IBGE, 2004).

Obs.: O crédito rural não financia somente a soja, mas todas as atividades agrícolas e a pecuária. Os valores dos créditos foram corrigidos da inflação a partir do índice IGP-DI de 2002. Em 1º de janeiro de 2002, R\$ 1 correspondia a 0,48 euro.

Para enfrentar a redução da intervenção pública (Fig. 2), foram criadas novas formas de financiamento de origem privada. Paralelamente, o governo transformou seu modo de intervenção. A partir de 1992, criou o mecanismo de equalização, pelo qual o governo cobre a diferença entre a taxa de juros da captação pelo sistema bancário e a taxa de juros paga pelo tomador final.

A saída do Estado do financiamento direto da agricultura realiza-se num contexto global de elevadas taxas de juros, o que torna, em teoria, menos evidente a utilização dos recursos privados pelos produtores e os leva a utilizar instrumentos de gestão de riscos. Porém, o setor privado permanece preponderante no financiamento da agricultura do agronegócio (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001).

Financiamento da cadeia da soja em Mato Grosso: o papel da troca

A produção de soja é uma cultura moderna que requer o financiamento de atividades de elevado custo: o custeio da produção, dos investimentos e da comercialização da produção. Raros são os agricultores que conseguem manter a atividade exclusivamente com autofinanciamento. A escolha da forma de financiamento depende dos montantes disponíveis, do custo do dinheiro oferecido, da rapidez de acesso a esse crédito e da relação que se tem com o fornecedor de recursos.

A política de financiamento agrícola se insere no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), gerenciado pelo Banco Central do Brasil. As regras e os montantes de crédito são estabelecidos no Plano Agrícola e Pecuário, elaborado sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Esse plano determina o apoio à produção e à comercialização, e estabelece as diretrizes do programa de investimento para estimular a competitividade.

Para o financiamento da agricultura, os bancos privados⁷ e públicos captam os recursos a taxas de juros do mercado. Esses recursos, que podem ser

⁷ O Banco Central determina que os bancos públicos e privados destinem, no mínimo, 25% dos depósitos à vista ao financiamento rural. Essa fonte de recursos é chamada “exigibilidades”. É uma das principais fontes de recurso para a agricultura. São recursos controlados com taxas de juros de 8,75% ao ano, para o custeio da agricultura comercial.

aplicados com ou sem taxas equalizadas, correspondem aos recursos com taxa de juros controlada e com taxa de juros livres.

Quando um produtor realiza um empréstimo num banco privado, ele pode obter um volume de empréstimo (limitado pela lei) com uma taxa de juro bonificada de 8,75% ao ano. O governo paga a diferença entre a taxa do mercado e a taxa de 8,75%, operação que é conhecida como “equalização das taxas”. Nos últimos anos, o governo privilegiou esse tipo de intervenção e reduziu os empréstimos diretos. Com efeito, observou-se um declínio no volume de crédito rural público a partir de meados dos anos 80. O esgotamento do sistema tradicional de financiamento público associou-se a uma queda significativa dos recursos aplicados em custeio e investimentos.

Os limites definidos para o financiamento público com taxas de juros controladas (8,75%, atualmente) permite financiar, em média, 25% do custeio. Por conseguinte, as empresas fornecedoras de insumos e/ou compradoras de soja (para comércio ou esmagamento) pré-financiam o cultivo.

Várias formas contratuais são possíveis. As mais utilizadas são a Cédula de Produto Rural (CPR), que é um título negociável no mercado financeiro e no mercado físico, e a operação de troca entre grupos industriais, empresas de negócios e o produtor. Esta última pode ser realizada no mercado futuro de maneira imediata, física ou financeiramente.

Os dois sistemas de troca mais desenvolvidos são a venda antecipada da produção, por meio de um contrato conhecido como “soja verde”, e a troca de soja por insumos. Os termos do contrato podem ser predefinidos ou determinados no futuro (GASQUES et al., 2004; PIMENTEL, 2000). A troca é uma forma original de enfrentar a queda de financiamento público.

A CPR é utilizada como moeda de troca tanto para os insumos como para a obtenção de recursos. A forma do contrato e o modo de pagamento dependerão dos interesses do agente que financia a operação. Se a empresa for compradora de soja, a troca será feita em soja. Se não for (somente venda de insumos), a venda antecipada será reembolsada em reais. A negociação geralmente não é diretamente realizada com as *tradings*, mas pelo intermediário das revendas de insumos, o que permite evitar as formalidades administrativas. O negociante ou o industrial realizarão uma compra direta somente no caso de um grande volume. Essa forma de financiamento é o motor do crédito agrícola do agronegócio. É um mecanismo ágil de financiamento dos insumos.

Embora a maior parte dos recursos necessários ao financiamento do custeio tenha origem nos recursos próprios dos agricultores, ou seja, aqueles fornecidos por empresas do agronegócio e da indústria, o crédito rural público continua tendo um papel importante de apoio à agricultura e de intervenção nos mercados agrícolas. Com efeito, financia ainda uma parte do custeio e, mais significativamente, os investimentos agrícolas. Além disso, outros investimentos não-específicos da agricultura, como os programas de financiamento de infra-estrutura (rodovias, ferrovias, hidrovias e portos) previstos no Plano Avança Brasil, contribuem para apoiar a cadeia da soja (Fig. 3).

Esse novo modelo de financiamento público/privado apresenta vantagens evidentes de rapidez e flexibilidade, porém, esse sistema é frágil e apresenta riscos elevados.

UM MODELO DE FINANCIAMENTO FRÁGIL

O governo participa parcialmente do crédito de custeio e do investimento. A maior cobrança dos produtores em relação às autoridades públicas é o desenvolvimento de novas tecnologias, o financiamento da infra-estrutura e procedimentos que possam facilitar o escoamento da produção das zonas de fronteira agrícola. Com efeito, Mato Grosso permanece isolado. A maior parte da produção tem que percorrer aproximadamente 2.000 km de estradas de rodagem para ser exportada pelos portos de Paranaguá, no Paraná, ou de Santos, em São Paulo. Por conseguinte, as vantagens obtidas de custos na saída da fazenda (extensão das áreas e alta produtividade) se anulam com os altos custos de transporte (BERTRAND; PASQUIS, 2004).

O risco, inerente ao sistema de financiamento, cria dependência por parte do sojicultor, que passa a sofrer vários tipos de pressão. Ele tem de honrar dívidas de curto prazo com as *tradings*, e dívidas de longo prazo com os bancos. Mesmo os grandes produtores são financiados por esse sistema. A troca custa bastante ao produtor: os encargos financeiros são cerca de 15% superiores aos empréstimos públicos (hoje limitados em volume), o que aumenta a vulnerabilidade do sistema. Quando os preços da soja estão em alta, os encargos podem ser pagos sem dificuldade, o que nem sempre é o caso.

Esse sistema vem sendo controlado por um pequeno grupo de nacionais e multinacionais. As principais empresas que participam do mercado financeiri-

ro em Mato Grosso são a Bunge, a ADM, a Cargill e a Maggi (o grupo brasileiro). Estima-se que aproximadamente 50% da área cultivada no Estado seja financiada por esse sistema (DROS; VAN GELDER, 2002).

Paralelamente, o financiamento público privilegia os grandes produtores do agronegócio. Apesar de o governo atual ter duplicado os recursos destinados à agricultura familiar, o Plano Agrícola e Pecuário 2003–2004 dedicará 83% de seus recursos à produção das grandes empresas agrícolas (BICKEL, 2004). Também 59% dos empréstimos tomados ao Banco do Brasil financiam áreas superiores a 300 ha, que são, geralmente, médias e grandes propriedades.

Não se justifica o financiamento público a grandes agricultores capitalizados, que já possuem um sistema de financiamento privado com as *tradings*. O financiamento só seria justificável se situa num plano macroeconômico, que envolvesse o suprimento de alimentos baratos ou em busca de divisas. Considerada a estrutura agrária e as necessidades sociais da maior parte da população brasileira, deveriam ser atribuídos mais recursos à pequena agricultura familiar, por meio de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Seria também importante levar em conta, como condição de financiamento, os impactos sociais (concentração da terra e êxodo rural) e ambientais (poluição e desmatamento) associados ao cultivo da soja na região.

CONCLUSÕES

A expansão da produção e das atividades ligadas à soja em Mato Grosso, de uma maneira geral, não é compatível vel com a conservação dos equilíbrios agronômicos, econômicos e ambientais. O Estado de Mato Grosso, vinculado tanto ao Centro-Oeste geograficamente, como ao Sul, pela origem dos seus migrantes, faz parte do mundo amazônico, que é sabidamente conhecido como ecologicamente frágil, para o qual a soja representa uma ameaça de destruição.

Embora em Mato Grosso o cultivo da soja seja uma fonte de riqueza e o papel do Estado seja importante na produção e nas exportações brasileiras de soja e derivados, com disponibilidade de crédito e tecnologias melhoradas,

esse sucesso tem seu lado negativo. A distância entre os centros produtores e os de consumo e de exportação implica custos elevados. Ademais, com o uso intensivo de produtos químicos na atividade agrícola, há riscos de deterioração dos recursos hídricos e da fertilidade dos solos. É preciso lembrar ainda que essa dinâmica se caracteriza por um processo de concentração das terras, que privilegia as grandes empresas agrícolas e exclui os pequenos agricultores, muitas vezes forçados ao êxodo rural. A economia do Estado funda seu sucesso no cultivo da soja. Essa grande dependência e a falta de diversificação coloca Mato Grosso em uma posição vulnerável.

Essa polarização também está presente no financiamento, alavanca da modernização agrícola. A diminuição dos volumes de crédito público levou os produtores a utilizar fontes alternativas de recursos. O sistema de troca implementado pelos grupos de negócio e da indústria permitiu fornecer ao modelo intensivo de produção o capital necessário para funcionar. Porém, existem dificuldades. A grande dependência dos produtores em relação às grandes empresas leva alguns produtores a contestar essa prática. Problemas de defesa na lavoura (como a ferrugem-asiática, nos últimos anos), ou uma crise nos mercados internacionais levando a uma queda dos preços, poderiam revelar-se catastróficos. Nos períodos favoráveis, a repartição dos benefícios dentro da cadeia realiza-se facilmente. Mas o que aconteceria no caso de crise?

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. **Anuário estatístico do Crédito rural**: 2001. Brasília, DF: Banco Central, 2003. Disponível em: <www.bacen.gov.br/?RELRURAL2001>. Acesso em: 12 junho 2003.

BERTRAND, J. P. (Ed.). **Les principaux facteurs de la compétitivité des filières céréales et oléoprotéagineux au Brésil et en Argentine**: politiques des Etats et stratégies des acteurs. Rapport final. Paris: Institut national de la recherche agronomique (Inra) 2002. 405 p.

BERTRAND, J. P. L'avancée fulgurante du complexe soja dans le Mato Grosso: facteurs clés et limites prévisibles. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. 45, n. 179, p. 567-594, juil./sept., 2004.

J. P. Bertrand et al.

BERTRAND, J. P. ; PASQUIS, R. (Ed.). **L'analyse des déterminants de l'avancée du front du soja en Amazonie brésilienne**: le cas du Mato Grosso: rapport final. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique (Inra), 2004. 237 p.

BERTRAND, J. P.; HILLCOAT, G. **Brésil et Argentine**: la compétitivité agricole et agroalimentaire en question. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique (Inra): L'Harmattan, 1996. 319 p.

BICKEL, U. **Brasil**: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar: mémoire de DEA en agronomie tropicale. Bonn: Université de Bonn, 2004. 169 p.

CADIER, C. **Estudo da Dinâmica da Cadeia da Soja no Mato Grosso**: estrutura, funcionamento e perspectivas de sustentabilidade. Brasília, DF: **Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) – Universidade de Brasília**, 2004. 124 p. Rapport de stage, Cirad-CDS.

CASTRO DE REZENDE, G. Política de Crédito rural e Expansão agrícola dos Cerrados. In: GASQUES, J. G. (Ed.) **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001. p. 214-243.

CASTRO, A. C. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados**. Rio de Janeiro: Centro de Formação, de Pesquisa e de Intercâmbios em Ciências Sociais Aplicadas ao Mundo Rural (CPDA/UFRRJ), 2002. 99 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Levantamento Custos de Produção**. Indicadores Agropecuários 2003. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 03 Abr 2003.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Novos instrumentos de comercialização atuam sobre a estabilização de preços e renda agrícolas recursos para o crescimento. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 56-58, Abril 2003.

DIAS, G. L.; AMARAL, C. M. Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira (1980-1998). In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Campus, 2000.

DROS, J. M.; VAN GELDER, J. W. **Corporate actors in the South American soy production chain**. Bruxelas: World Wide Fund for Nature, 2002. 82 p.

O crédito: fator essencial à expansão da soja em Mato Grosso

GASQUES, G. J.; RESENDE, G. Castro de; et al. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2004. (Texto para discussão n° 1009). Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2004.

GASQUES, G. J.; VILLA VERDE, C. M.; OLIVEIRA, J. **Crédito Rural e Estruturas de Financiamento**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2004. 44 p.

GASQUES, J. G. CONCEIÇÃO J. C. P. R. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. In: TRANSFORMAÇÕES da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001. p. 97-155.

HELFAND, S. M. RESENDE, G. Castro de. **Brazilian Agriculture in the 1990s: impact of the policy reforms**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2001 ; (Texto para discussão, 785). Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 5 Janeiro 2001

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 março 2004.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004**. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2003.

PIMENTEL, F. **Mecanismos de comercialização como garantia de financiamento da produção**: pacotes, CPR, PEP, opções. Trabalho apresentado no Congresso Tecnologia e Competitividade da Soja no Mercado Global, 2000, Cuiabá.

SILVA, C. A. FRANCO da. **Grupo André Maggi**: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003. 221 p.